



**Provas Especialmente Adequadas Destinadas a Avaliar a Capacidade
para a Frequência dos Cursos Superiores do Instituto Politécnico de Leiria dos
Maiores de 23 Anos - 2015**

**Prova escrita de conhecimentos específicos
de História**

Instruções gerais

1. A prova é constituída por **6** grupos de questões, devendo ser respondidas apenas **4**, à sua escolha.
2. A duração da prova é de 2 horas, estando prevista uma tolerância de 30 minutos;
3. Só pode utilizar para elaboração das suas respostas e para efetuar os rascunhos as folhas distribuídas pelo docente vigilante, salvo se previsto outro procedimento;
4. Não utilize qualquer tipo de corretor. Se necessário risque ou peça uma troca de folha;
5. Não é autorizada a utilização de quaisquer ferramentas de natureza eletrónica (telemóvel, pda, computador portátil, leitores/gravadores digitais de qualquer natureza ou outros não especificados), excepto máquina de calcular para realizar cálculos e obter representações gráficas de funções;
6. Deverá disponibilizar ao docente que está a vigiar a sala, sempre que solicitado, um documento válido de identificação (cartão de cidadão, bilhete de identidade, carta de condução ou passaporte);
7. A seguir ao número de cada questão encontra entre parênteses a respetiva cotação.

Leiria, 6 de junho de 2015

Grupo 1

Doc. A

“Por «centralização» entende-se geralmente o processo de concentração da autoridade política num pólo único, com exclusão de outras instâncias de poder dentro do território nacional. Como processo que é, tem antecedentes, fases, graus e uma trajetória. Pelo que diz respeito ao período de 1096-1325, não parte do zero e fica muito longe de alcançar a sua plenitude. Esta só desponta com a edificação completa do Estado moderno, no século XIX. O grande protagonista desse processo é, obviamente, a monarquia. Os seus concorrentes são (...) os outros detentores do poder público, que o exercem com alguma autonomia: os senhores leigos e eclesiásticos e os concelhos.”

José Mattoso, *História de Portugal*, 2.º vol., *A Monarquia Feudal (1096-1480)*,
Círculo de Leitores, Lisboa, p. 280

1.1 Indique os principais instrumentos de centralização do poder régio nos séculos XII-XIV. [5 valores]

Grupo 2

Doc. B

“As comunidades urbanas queriam celebrar a glória da sua cidade por meio de edifícios paroquiais que, relegando as pequenas capelas de bairro para um papel de serventia local, pudessem reunir o corpo cidadão em redor dos magistrados e das corporações principais em cerimónias municipais, tanto civis como religiosas. As colegiadas centrais das cidades flamengas, Saint Mary Radcliffe em Bristol, ou Tyn, a igreja dos mercadores de Praga, rivalizam com as catedrais. Afirmam-se como monumentos de prestígio. Erguem a altura das naves e das torres sineiras como símbolos de poder. Mas não longe delas, outras igrejas surgem, de funções mais fundamentalmente espirituais e mais de acordo com os novos fervores: são as igrejas dos Mendicantes. Instaladas nos subúrbios de todas as aglomerações de alguma importância, as comunidades de frades (...) Franciscanos, Dominicanos, Agostinhos, Carmelitas (...)”.

Georges Duby, *O Tempo das Catedrais. A Arte e a Sociedade (980-1420)*,
2ª ed., Editorial Estampa, Lisboa, 1993, p. 225

2.1 Esclareça o sentido do texto, à luz do ambiente económico, social e cultural dos séculos XII e XIII. [5 valores]

Grupo 3

3. Atente nos documentos:

Doc. A

“Por isso, se, para Portugal, o único caminho que o poderá arrancar ao abismo e colocá-lo na senda da civilização, da riqueza e do bem-estar social é o trabalho, urge que:

1.º Se liberte o homem, o cidadão, de todos os constrangimentos que o impedem de livremente trabalhar;

2.º Se libertem as coisas (bases materiais do trabalho humano e também o seu resultado) de todos os obstáculos à sua livre circulação e disposição;

3.º Se criem os suportes institucionais que assegurem a liberdade de trabalhar ao homem e a liberdade de circulação e disposição às coisas possuídas pelo homem, ser livre por «natureza». (...)

[...] Para isso é necessário «desarraigar [...] todos os obstáculos opostos ao desenvolvimento das riquezas, hoje se acabará um, depois outro, e assim por diante, a ponto de não ficar impedimento a esse desenvolvimento, que desde então será infalível». [...]

Porém, acabar com o velho, o feudal, e criar o novo, o moderno, exige a conceptualização do novo em termos de princípios gerais. E Mouzinho tem-nos”.

Maria de Fátima Brandão e Rui Graça Feijó, “O discurso reformador de Mouzinho da Silveira”, in *Análise Social*, vol. XVI (61-62), 1980, pp. 244-247 (adaptado).

Doc. B

“Não discuto que interesses económicos eram representados por cartistas e setembristas nem em que condicionalismos económico-sociais radicava a oposição entre uns e outros. Limito-me a observar, por um lado, que as mesmas condições (necessárias) nem sempre produzem os mesmos efeitos, e muitas vezes nem sequer produzem efeitos nenhuns, e a verificar, por outro, que os próprios setembristas sempre proclamaram, antes, durante e depois da revolução, que o seu programa de reformas seria perfeitamente exequível adentro do regime constitucional da Carta”.

Maria de Fátima Bonifácio, “A revolução de 9 de Setembro de 1836: a lógica dos acontecimentos”, in *Análise Social*, vol. XVIII (71), 1982-2.º, p. 333.

3.1 Partindo da análise dos textos, explique a importância da legislação de Mouzinho da Silveira e do projeto Setembrista para o novo ordenamento político e socioeconómico de Portugal. [5 valores]

Grupo 4

4. Leia o documento:

“(…) o liberalismo aparece, no século XIX, como uma doutrina subversiva. De facto, é uma força verdadeiramente revolucionária, com um impulso que implica a rejeição das autoridades, que condena todas as instituições que sobreviveram à tempestade revolucionária ou foram repostas pela restauração e que é portador da destruição da ordem antiga. (...) O liberalismo é, portanto, o disfarce do domínio de uma classe, do monopólio do poder pela burguesia possidente: é a doutrina de uma sociedade burguesa que impõe os seus interesses, os seus valores, as suas crenças”.

René Rémond, *Introdução à História do Nosso Tempo*, Gradiva, Lisboa, 1994, pp. 147-150

4.1 Explícite o sentido das afirmações de René Rémond. [5 valores]

Grupo 5

É-lhe apresentada a capa de um Caderno Escolar:



TEXTO:

**PORTUGAL PODE SER SE NÓS QUIERMOS UMA GRANDE
E PRÓSPERA NAÇÃO**

**UMA MENTALIDADE NOVA FARÁ
RESSURGIR PORTUGAL**

5.1 Refira o período em que foi utilizado nas escolas portuguesas, justificando a sua opinião. [2,5 valores]

5.2 Explícite três orientações ideológicas do regime. [2,5 valores]

Grupo 6

Leia com atenção o seguinte texto, retirado da apresentação a *Kennedy e Salazar – O Leão e a Raposa*, de José Freire Antunes, Publicações Dom Quixote, 2013:

Em plena II Guerra Mundial, a contragosto, Salazar é forçado a negociar os Açores com Washington, o empreendimento acabou por lhe ser útil, reforçou a cooperação quando se temia que os EUA pudessem apoiar a destituição dos ditadores ibéricos. Portugal entra na NATO e na ONU, a Guerra Fria parece correr de feição para o projeto político de Salazar. Eisenhower visitara Lisboa em Maio de 1960, resta a fotografia do acolhimento caloroso e de sorriso rasgado que Salazar lhe oferece. Mas no fundo Salazar abominava a cosmovisão americana. É facto que nos anos 1950 surgem indícios seguros de nada vai ficar como dantes em África, o nacionalismo espreita, houve a independência do Gana, as coisas com a guerra da Argélia estão extremamente graves, 1960 é o ano de África, 18 colónias proclamaram independência, Kennedy, em plena campanha eleitoral, observa: “Chamem-lhe nacionalismo, chamem-lhe anticolonialismo, chamem-lhe o que quiserem, África está a viver uma revolução”. E o Congo-Léopoldville ascendeu à independência em 3 de Junho de 1960, tombando numa sangrenta anarquia. Por outras palavras, a Guerra Fria chegara às portas de Angola.

6.1. Analise o conteúdo do texto, referindo-se à política internacional desenvolvida por Salazar face ao mundo saído da II grande guerra. [5 valores]